
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

CONCURSO PÚBLICO
11/05

PROCURADOR DO ESTADO
FASE PRELIMINAR

Provas Objetivas de Língua Portuguesa
e das Disciplinas Jurídicas

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO**

**CP 11/05 - PROCURADOR DO ESTADO
FASE PRELIMINAR**

PROVAS OBJETIVAS DE LÍNGUA PORTUGUESA E DAS DISCIPLINAS JURÍDICAS

INSTRUÇÕES GERAIS

Leia com toda a atenção e cumpra rigorosamente as instruções que seguem, pois elas são parte integrante das provas e das normas que regem este Concurso Público.

1. O presente caderno contém **100** questões a serem solucionadas.
2. Recebido o caderno, o candidato deve conferi-lo atentamente e verificar se ele está completo. Caso contrário, deve solicitar ao fiscal da sala novo Caderno de Prova.
3. O tempo de duração desta prova é de **5 (cinco) horas**, estando incluídos nesse tempo a leitura das instruções e o preenchimento do **Cartão Óptico de Respostas**. Não será permitida ao candidato a saída da sala antes de transcorrida 1 (uma) hora do início da prova.
4. Cada questão oferece **5 (cinco) opções** de respostas, representadas pelas letras **a, b, c, d e e**. Somente uma das opções constitui resposta correta à formulação proposta.
5. Iniciada a prova, é vedado ao candidato formular perguntas, uma vez que o entendimento das questões faz parte da avaliação.
6. No caderno de provas, o candidato poderá fazer as anotações de que necessitar.
7. Não é permitida qualquer consulta a livros, revistas ou anotações.
8. Ao término da prova, o candidato deverá efetuar a entrega do **Cartão Óptico de Respostas**, devidamente preenchido, ao fiscal da sala.
9. O **Cartão Óptico de Respostas** deve ser assinado pelo candidato, no verso, depois de verificada a correção de seus dados.
10. É parte integrante desta prova o **Cartão Óptico de Respostas**, cujo preenchimento correto é de inteira responsabilidade do candidato.
11. Para cada uma das questões, o candidato deve preencher, no **Cartão Óptico de Respostas**, somente uma das opções (**a, b, c, d ou e**), devendo os respectivos campos de resposta ser totalmente preenchidos (hachurados) a caneta com tinta azul ou preta, de acordo com o exemplo: 
12. É vedado ao candidato amarrotar ou dobrar o **Cartão Óptico de Respostas**.

INSTRUÇÃO: As questões de 1 a 6 referem-se ao texto a seguir.
TEXTO 1

A lenda Brasil

“Quem diz delícias e jardins, diz sol e calor. Daí a pensarem que podia encontrar-se, mais além das regiões tórridas que o homem não trespassa, um país de sol temperado e mananciais frescos, não há senão um passo”. - Jean Favier - Les grandes découvertes, 1991.

01 Para alguns irlandeses, vejamos só, o Brasil teria sido descoberto por um dos seus, por São
02 Brandão, um abade do mosteiro de Cluain-Ferta que no século 6, em companhia de 14 ou 16
03 outros monges, ao tentar atravessar da Irlanda para a Escócia, saiu-se a vagar pelo Oceano por
04 seis meses, ou seis anos, seguidos. Aconteceu de tudo com aquele Ulisses de hábito e capucho.
05 Em cada praia desembarcada nos remotos arquipélagos que encontravam, registrou a The Norse
06 Sagas, eram ciclopes ou as inevitáveis sereias quem os atormentava. Certa vez, durante essa
07 inesperada aventura marinha, concentrada a maior parte no Atlântico Norte, São Brandão, assaltado
08 por incrível distração, celebrara uma missa de Páscoa nas costas de um imenso cetáceo, sem
09 ter-se dado conta disso. Pois foi esse rei dos desatentos quem teria vindo parar no Brasil, não no
10 nosso Brasil, esclareça-se, mas no que os antigos irlandeses chamavam de ilha Brasil.

11 **O significado do Brasil gaélico:** as lendas gaélicas, desde idades remotíssimas, faziam
12 referência ___ existência dessa tal ilha que seria o equivalente irlandês das Ilhas Afortunadas da
13 mitologia greco-romana. Terra de leite e de mel, que se localizava num ponto indeterminado dentro
14 do Grande Oceano, mas seguramente bem mais abaixo da Irlanda. Filólogos, essa gente de tanta
15 imaginação, asseguram que “Brasil” em gaélico, a língua primitiva dos povos da Irlanda, derivaria
16 de “brés”, significando “nobre” ou “afortunado”, mas que também pode ser entendido como “feliz”
17 e “encantador”. Seja como for, descreviam-na como um paraíso na terra. Desta forma, a palavra
18 “Brasil” preexistia ___ descoberta de 1500 e não a associavam ao pau-brasil, conhecido então
19 como verzino, um pau-de-tinta cujo comércio era praticado pelos italianos com os indianos desde
20 o século 13. Varnhagem no passado, e Luís Weckmann no presente, asseveram que esse nome
21 já aparecia numa Carta Anônima de 1324 e que desde aquela data até 1500, ela está assinalada
22 mais 28 vezes nos mapas, portulanos e outros registros cartográficos conhecidos.

23 **Brasil, terra de encantamentos:** bem antes dos portugueses e espanhóis por seus pés
24 nas praias do nosso litoral ou arribarem nas margens dos rios, a palavra Brasil, pois, já lhes
25 alimentava a extravagância como uma praça de encantamentos, morada de seres fabulosos criados
26 por Deus para assombrar os cristãos. Havia, pois, uma predisposição deles em maravilharem-se
27 com tudo a ser visto por aqui, mesmo que preliminarmente não chamassem assim a terra desvelada.

28 **As fantasias dos descobridores:** suas fantasias de homens medievais já vieram povoadas
29 de figuras prodigiosas cujas formas e nomes deitavam raízes na mitologia da Arcádia e do Lácio,
30 na crença nas Amazonas (a tribo de mulheres guerreiras que chegavam ao exagero de amputar
31 um dos seios para melhor flechar os inimigos, que Francisco Orellana disse ter enfrentado na
32 confluência do grande rio com o Rio Madeira) e até em verem Hércules tropicais, nos Curiguerês,
33 os colossos humanos de três metros de altura, de cor de cobre, que viviam na beira do Rio Purús,
34 sendo que até Colombo jurara ter avistado sereias nas Antilhas (se bem que, segundo ele, longe de
35 elas serem aquelas beldades mitológicas).

36 Mesmo o sóbrio Gabriel Soares de Souza, o homem do Tratado Descritivo do Brasil de 1587,
37 rendeu-se ___ aparições monstruosas quando reiterou que, volta e meia, nas cercanias da sua
38 propriedade no Recôncavo baiano, surgia do fundo da água um Upupiara, um homem-marinho de
39 pele escamosa, com mais de três metros de comprimento, que, num salto, num repente, devorava-
40 lhe um escravo. Mas isso não impediu de ele admirar-se com a terra.

41 **A terra do diabo para os jesuítas:** quem nunca acreditou que o Brasil fosse uma espécie
42 de paraíso terreal foram justamente os padres, os jesuítas. Não que não se deliciassem com
43 beleza das coisas, pelo céu azulcíssimo, a brisa gostosa da beira-mar, e pela ausência daquele
44 vento cortante, gelado das Europas. É que para eles, homens de Deus, a safadeza aqui reinante
45 era excessiva. A gente avermelhada sempre nua, com as impudências à mostra, o sorriso
46 convidativo das nativas, “cevando as queixadas bestiais em corpos humanos”, como disse Anchieta,
47 exalava ___ pecado e não à santidade. Bastava-lhes ver o olho lúbrico do português, casanova nos
48 trópicos, ávido de índias, descalçando-se, jogando-se nos riachos e nas ribeiras atrás delas na
49 hora do banho, para perceberem que além de “quebrantarem as leis santas da mãe natureza e os
50 divinos preceitos do Pai onipotente”, nem toda a água-benta do mundo purificaria a perdição e a
51 sem-vergonhice do chão recém descoberto. Paraíso coisa nenhuma. Era, isso sim, a Terra do
52 Diabo!

SCHILLING, Voltaire. *A lenda brasil*. <http://educaterra.terra.com.br/voltaire/>. Acesso em: 29 out 2005.

1. A seqüência que completa **correta** e respectivamente as lacunas das linhas 12, 18, 37 e 47 encontra-se na alternativa

- a) a – a – as – a
- b) à – à – às – a
- c) à – a – às – à
- d) a – à – as – à
- e) à – à – às – à

2. Assinale a única alternativa em que o trecho selecionado não demonstra o caráter irônico empregado no texto.

- a) *Para alguns irlandeses, vejam só, o Brasil teria sido descoberto por um dos seus...* (linha 01)
 - b) *Pois foi esse rei dos desatentos que teria vindo parar no Brasil, não no nosso Brasil, esclareça-se, ...* (linhas 09 e 10)
 - c) *Filólogos, essa gente de tanta imaginação...* (linhas 14 e 15)
 - d) *Varhnagem no passado, e Luís Weckmann no presente, asseveram que esse nome já aparecia numa Carta Anônima...* (linhas 20 e 21)
 - e) *Bastava-lhes ver o olho lúbrico do português, casanova nos trópicos, ávido de índias...* (linhas 47 e 48)
-

3. Analise as afirmativas a seguir sobre a construção do texto.

- I. Todos os parágrafos estruturam-se a partir de um significado da palavra “brasil”.
- II. Os dois primeiros parágrafos tratam das relações dos irlandeses com o descobrimento do Brasil e com o nome que foi dado a esta terra.
- III. O terceiro parágrafo apresenta o encantamento dos portugueses com a palavra “Brasil”.
- IV. O último parágrafo apresenta o julgamento que os jesuítas faziam da terra descoberta.

Quais estão corretas?

- a) Apenas a I e a II.
 - b) Apenas a II e a III.
 - c) Apenas a II e a IV.
 - d) Apenas a III e a IV.
 - e) I, II, III e IV.
-

4. Assinale a alternativa em que as palavras não correspondem em significação.

- a) cetáceo (linha 08) – baleia
 - b) filólogos (linha 14) – estudiosos de filosofia
 - c) asseveram (linha 20) – afirmam
 - d) arribarem (linha 24) – alcançarem
 - e) lúbrico (linha 47) – lascivo
-

5. Sobre a acentuação gráfica das palavras do texto são feitas as seguintes afirmações.

- I. Se o acento gráfico das palavras “só” (linha 01), “está” (linha 21) e “água” (linha 38) fosse retirado, surgiriam outras palavras já existentes na língua portuguesa.
- II. A palavra “gaélicas” (linha 11) é acentuada pela mesma razão de “remotíssimas” (linha 11).
- III. O acento gráfico de “jesuítas” (linha 41) e de “paraíso” (linha 51) justifica-se pela mesma razão.
- IV. Tanto “três” (linha 39) quanto “atrás” (linha 48) são monossílabos tônicos.

Qual(is) está(ão) **correta(s)**?

- a) Apenas a I.
 - b) Apenas a II.
 - c) Apenas a I e a II.
 - d) Apenas a I e a IV.
 - e) Apenas a II e a III.
-

6. Assinale a afirmativa **correta** sobre o emprego de “pois” no texto.

- a) Na linha 09, indica explicação e poderia ser substituído por “por que”.
 - b) Na linha 24, está entre vírgulas porque é causal.
 - c) Na linha 26, indica causa e poderia ser substituído por “portanto”.
 - d) Na linha 09, indica causa e poderia ser substituído por “uma vez que”.
 - e) Na linha 26, é conclusivo e poderia ser substituído por “então”.
-

INSTRUÇÃO: As questões de 7 a 12 referem-se ao texto a seguir.

TEXTO 2

Desigualdade, a fonte da corrupção

01 Se confirmadas, as últimas denúncias de corrupção a granel demonstram o apodrecimento
02 da República. Muitos _____ - alguns por motivos nobres, outros, inconfessáveis - culpando a
03 legislação política nacional por essa falência. Aos mal-intencionados há que se notar que as
04 eventuais deficiências normativas não desculpam (...) os crimes cometidos, e contra seus agentes
05 deve recair a força plena da lei. E, aos bem-intencionados, vale lembrar que leis não criam realidades,
06 não operam no vácuo. Se as leis não forem a expressão da vontade da sociedade, viram letra
07 morta.

08 É o que vem acontecendo na área do combate à corrupção. Esta não atinge o caráter
09 endêmico a que chegou no Brasil se não for precedida por um corrompimento sistêmico, por um
10 acordo tácito de tolerância. É preciso, portanto, entender de onde vem a aceitação social.

11 Sua fonte é a desigualdade de renda. Essa desigualdade gera a primeira corrupção, que é
12 a corrupção moral. Sem ela, qualquer passeio por uma grande cidade brasileira é um convite ao
13 enlouquecimento. Quem não se embrutece, quem não passa a ver na criança de rua dos semáforos
14 um ser de segunda categoria ou potencial assaltante não pode manter a sanidade. *Hay que*
15 *endurecerse* e não permitir a ternura jamais.

16 Essa corrupção moral anda de mãos dadas com a corrupção legal. A concentração de
17 poder econômico gera não só a soberba e a boçalidade daqueles que o detém como também os
18 meios materiais avassaladores para comprar a consciência dos despossuídos. Não é por acaso
19 que, no mesmo dia em que Roberto Jefferson fez suas denúncias, a imprensa se derretia em
20 elogios a esse templo do esdrúxulo, do surreal deslumbramento cego que é a nova Daslu.

21 A verdade é que os políticos brasileiros não são melhores que a sociedade que representam.
22 Aqueles que bradam pela seriedade na coisa pública são os mesmos que compactuam com a
23 devassidão em suas práticas privadas. Querem a aplicação seletiva da lei - para os outros. Para
24 si, querem poder continuar pagando o valor “sem nota” nas consultas médicas, “resolvendo na
25 hora” as infrações de trânsito com caixinha aos policiais, corrompendo fiscais de imposto, usando
26 caixa dois etc.

27 O poderio econômico gera poderio político, que gera o controle sobre as instituições, que
28 ridiculariza a letra da lei. Quando a lei é aplicável apenas a alguns, não é aplicável a ninguém. Deixa
29 de ser lei. Vira exercício _____ de vontades e inclinações individuais.

30 Em terra sem lei, vale a vontade do mais forte. E nossa desigualdade torna a distinção
31 entre fortes e fracos aparente e inapelável. A ausência da lei transforma cada indivíduo em legislador,
32 capaz de determinar em que circunstâncias a lei é válida e precisa ser cumprida, capaz de calcular,
33 dadas as suas condições materiais, quando a lei pode ser infringida e quando não pode.

34 Essa _____ gera aqueles que se sentem acima da lei e aqueles que se sabem desprotegidos
35 por ela. Gera a soberba dos primeiros e a desilusão dos últimos. Via de regra, o primeiro vira
36 candidato, e o segundo, seu eleitor. A corrupção da esfera pública não é fenômeno novo, mas
37 transposição de práticas privadas a outros gabinetes.

38 Essa não será, portanto, prática coibida com a mudança da legislação política, com o aumento
39 de penas ou com a alternância no poder. É preciso antes que a sociedade a rechace em suas vidas
40 e ações. E para que isso aconteça, temos de diminuir o fosso que nos separa.

41 A forma mais cabal de o fazer é através da educação. Estudos mostram que mais da metade
42 de nossa desigualdade de renda pode ser explicada pela desigualdade educacional de nossas
43 crianças. Que, por sua vez, é explicável pela miserável qualidade do sistema público de ensino.

44 Estão visíveis uma série de medidas necessárias para a melhoria dessa verdadeira fábrica de
45 desigualdade, mas há que se resistir ao impulso legislador pela ciência de que, se não vierem
46 precedidas de efetiva vontade coletiva, não terão efeito algum.

47 Tenho esperança de que em algum momento, quando já não houver grades mais altas e blindagens
48 mais grossas a construir, quando não houver mais condições de trafegar em ruas que se transformam
49 em moradas e locais de trabalho, nossa elite dirigente tenha a visão de repartir os espólios desse
50 grande e rico país. Se essa crise política servir para revirmos não apenas o Congresso mas
51 também nossas consciências, terá prestado um grande serviço à pátria.

(Adaptado de: **IOSCHPE, Gustavo**. Folha de São Paulo, 18 de junho de 2005)

7. Assinale a alternativa que completa **correta** e respectivamente as lacunas do texto.

- a) vêm – discricionário – clivagem
 - b) vem – descricionário – clivage
 - c) vêm – discricionário – clivajem
 - d) vem – descricionário – clivaje
 - e) vêm – descricionário – clivagem
-

8. Analise as modificações sugeridas para os trechos do texto.

- I. Se confirmadas (linha 01) → Se for confirmadas.
- II. se não for precedida (linha 09) → caso não for precedida.
- III. se não vierem precedidas de efetiva vontade coletiva (linhas 45 e 46) → caso não venham precedidas de efetiva vontade coletiva.

Qual(is) está(ão) **correta(s)** ?

- a) Apenas a I e a III.
 - b) Apenas a I.
 - c) Apenas a II.
 - d) Apenas a III.
 - e) I, II e III.
-

9. Analise as afirmativas sobre o trecho contido nas linhas 34 a 37.

Essa _____ gera aqueles que se sentem acima da lei e aqueles que se sabem desprotegidos por ela. Gera a soberba dos primeiros e a desilusão dos últimos. Via de regra, o primeiro vira candidato, e o segundo, seu eleitor. A corrupção da esfera pública não é fenômeno novo, mas transposição de práticas privadas a outros gabinetes.

- I. “**Dos primeiros**” e “**dos últimos**” poderiam ser substituídos respectivamente por “**daqueles**” e “**destes**” sem que houvesse alteração de significação no período.
- II. Os que não têm proteção da lei serão, no futuro, candidatos a cargos eletivos no governo.
- III. A soberba e a desilusão são, respectivamente, características dos que não respeitam a lei e dos que não têm proteção legal.
- IV. O nexos do último período do trecho poderia ser corretamente substituído por “**conquanto**” sem que houvesse necessidade de qualquer outra alteração na frase.

Quais estão **corretas**?

- a) Apenas a I e a II.
- b) Apenas a I e III.
- c) Apenas a II e a III.
- d) Apenas a III e IV.
- e) Apenas a I e a IV.

10. Assinale a única alternativa que **não** apresenta linguagem figurada.

- a) *...as últimas denúncias de corrupção a granel demonstram...*
- b) *Essa corrupção moral anda de mãos dadas com a corrupção legal.*
- c) *... do surreal deslumbramento cego que é a nova Daslu.*
- d) *... quando já não houver grades mais altas e blindagens mais grossas a construir...*
- e) *Se essa crise política servir para revirmos não apenas o Congresso mas também nossas consciências...*

11. Assinale a alternativa em que a pontuação **não** esteja de acordo com o que prescreve a norma culta.

- a) *É preciso, portanto, entender de onde vem a aceitação social.*
- b) *Via de regra, o primeiro vira candidato, e o segundo, seu eleitor.*
- c) *Estudos mostram que mais da metade de nossa desigualdade de renda pode ser explicada pela desigualdade educacional de nossas crianças. Que, por sua vez, é explicável pela miserável qualidade do sistema público de ensino.*
- d) *Estão visíveis uma série de medidas necessárias para a melhoria dessa verdadeira fábrica de desigualdade, mas há que se resistir ao impulso legislador pela ciência de que, se não vierem precedidas de efetiva vontade coletiva, não terão efeito algum.*
- e) *Se essa crise política servir para revirmos não apenas o Congresso mas também nossas consciências, terá prestado um grande serviço à pátria.*

12. Assinale a alternativa em que o verbo permite a conversão para a voz passiva.

- a) *... e contra seus agentes deve recair a força plena da lei.*
 - b) *Sua fonte é a desigualdade de renda.*
 - c) *Essa desigualdade gera a primeira corrupção...*
 - d) *Deixa de ser lei.*
 - e) *Em terra sem lei, vale a vontade do mais forte.*
-

INSTRUÇÃO: As questões de 13 a 18 referem-se ao texto a seguir.

TEXTO 3

Monteiro Lobato no céu

01

02 Sentei-me há pouco para escrever uma nota sobre a morte do meu querido amigo Monteiro
03 Lobato, mas por mais que me esforce não consigo pensar nele como num morto, não lembro de ter
04 conhecido ninguém mais vivo do que ele – vivo numa vida que brilhava nos olhos escuros, que se
05 exprimia com uma graça meio moleque de Saci-pererê, nos gestos, na voz, no estilo, em tudo.
06 Minha avó diria que Lobato era um desses homens que tem bicho-carpinteiro no corpo. Agora os
07 telegramas afirmam que Lobato morreu... Imagino-o a voar para o céu, comboiado por anjos que o
08 levam à presença do Juiz Supremo. (...) Um pelotão de anjos faz soar suas trombetas. O Arcanjo
09 Gabriel ergue a espada e pede silêncio. O interrogatório começa:

10 – Nome? – pergunta o Promotor, que é, como se devia esperar, o advogado São Paulo.

11 – Ora, vocês sabem. Dispensem as formalidades. Estou muito cansado. (Ouço o pigarro
12 impaciente de Lobato, que enfia um cigarro na piteira e acende-o no fogo de uma estrela.)

13 – Profissão? – torna a perguntar o Promotor.

14 – Contador de histórias.

15 (...)

16 – Arrepende-se de alguma coisa que tenha feito em sua vida?

17 – Sim. De não ter começado mais cedo e com mais força a campanha contra os que exploram
18 o meu povo. – Olha para baixo, para o Brasil, e sorri. – Pobre gente! Em cima dum mar de petróleo
19 e passando miséria. Com as maiores jazidas de ferro do mundo e dependendo sempre da indústria
20 pesada estrangeira. Desgraçado Brasil! Deitado eternamente em berço esplêndido e abrigando uma
21 população triste, doente, devorada pelos tubarões, governada por incompetentes...

22 Neste ponto o arcanjo São Miguel ergue o braço e diz:

23 – No céu não se permite política!

24 Lobato sorri e prossegue.

25 – Aqui também há censura?

26 Mas o Juiz Supremo intervém:

27 – Deixem o homem dizer o que quiser!

28 Lobato faz uma curvatura irônica e diz:

29 – Muito obrigado a Vossa Excelência!

30 Bate a cinza do cigarro, que desastradamente cai nos olhos de um serafim. Depois, olhando

31 na direção da luz, indaga:

32 – Mas, afinal de contas, Chefe, acabaram-se os milagres?

33 – A propósito de que faz essa pergunta? – exclama São Paulo.

34 – É porque se ainda há milagres eu pediria para meu povo apenas um. O milagre do bom-

35 senso, do trabalho e da confiança no futuro.

36 O anjo Gabriel, com cara grave, desconversa e ordena:

37 – Continuemos o interrogatório.

38 – Que tem a dizer em seu favor? – pergunta o Promotor a Lobato, que responde:

39 – Conte histórias às crianças do meu país, às crianças de muitos outros países. Creio que

40 essa foi a minha ação mais bela. Dei felicidade a essas criaturinhas, e de mistura com fábulas,

41 ensinei-lhes coisas úteis e práticas. Essas crianças um dia se farão homens e talvez venham a ser

42 políticos decentes, esclarecidos e patrióticos...

43 – Sempre otimista! – diz São Paulo.

44 O Arcanjo vai dizer alguma coisa ao ouvido do Juiz. Ficam ambos por alguns instantes a

45 examinar a ficha de Lobato, que em seguida é passada a um tribunal formado pelos doze apóstolos,

46 os quais, ao cabo de longas confabulações, dão o seu veredicto. O Arcanjo faz soar novamente as

47 trombetas e depois, no meio do silêncio, lê sua sentença:

48 – José Bento Monteiro Lobato! Examinadas por este tribunal tuas qualidades e defeitos, tuas

49 boas e más ações na terra, achamos um grande saldo a teu favor. Ficarás aqui conosco, mas com

50 uma condição. A de prometeres não começar no Céu nenhuma campanha em torno do petróleo ou

51 do ferro, nem escrever pasquinadas contra nosso governo.

52 Lobato, coçando a cabeça, resmunga:

53 – Isso é difícil. Mas enfim, estou cansado... Pois é, prometo.

54 (...)

55 E assim lá se vai Monteiro Lobato. Céu em fora, com seu olhar irônico, suas sobrancelhas

56 espessas, em meio duma revoada de anjos e querubins, que lhe pedem autógrafos. O tribunal ainda

57 espera a última palavra do Juiz, que baixa os olhos pensativos para o Brasil e diz:

58 – Aquele pobre país precisa duma meia dúzia de Lobatos! – depois, noutro tom, grita: - Gabriel!

59 – Pronto, Chefe!

60 – Procure o encarregado dos nascimentos. Diga que providencie para dar ao Brasil uma meia

61 dúzia de homens como Monteiro Lobato.

62 – Okay!

63 O Arcanjo sai a cumprir a ordem. A orquestra toca um rondó de Mozart.

64 O Chefe diz:

65 – Está encerrada a sessão.

66 Depois, olhando mais uma vez para baixo, suspira e murmura:

– Esse Brasil tem me dado um trabalho!

(Adaptado de: VERISSIMO, Erico. *Monteiro Lobato no céu. Fantoques e outros contos e artigos.*

Porto Alegre: Globo, 1960. p. 409)

13. Analise as afirmativas sobre o conteúdo do texto.

Em “Monteiro Lobato no céu”, Erico Verissimo

- I. não conseguiu fazer o tipo de texto que pretendia.
- II. apresenta, através das falas do interrogatório, as características marcantes da obra e da vida de Monteiro Lobato.
- III. sugere que no céu também há restrições à liberdade de expressão.

Qual(is) está(ão) **correta(s)**?

- a) Apenas a I.
- b) Apenas a II.
- c) Apenas a III.
- d) Apenas a II e a III.
- e) I, II e III.

14. Sobre o comportamento de Lobato durante o interrogatório, só **não** se pode afirmar que era

- a) displicente.
- b) tenso.
- c) irônico.
- d) indignado.
- e) cansado.

15. Analise as afirmativas sobre a formação das palavras do texto.

- I. “**Promotor**” e “**contador**” apresentam o mesmo sufixo, que forma substantivos a partir de verbos.
- II. “**Políticos**” e “**patrióticos**” são substantivos formados a partir de adjetivos.
- III. “**Telegramas**” é uma palavra composta.

Qual(is) está(ão) **correta(s)**?

- a) Apenas a I.
- b) Apenas a II.
- c) Apenas a I e a III.
- d) Apenas a II e a III.
- e) I, II e III.

16. A construção do texto é baseada, principalmente, no discurso direto. A **correta** transformação de *Neste ponto o arcanjo São Miguel ergue o braço e diz: – No céu não se permite política!* para o discurso indireto é

- a) Naquele ponto o arcanjo São Miguel ergueu o braço e disse que no céu não se permitia política.
- b) Neste ponto o arcanjo São Miguel erguera o braço e disse que no céu não se permitia política.
- c) Naquele ponto o arcanjo São Miguel ergueu o braço e disse que no céu não permitiam política.
- d) Neste ponto o arcanjo São Miguel erguera o braço e dissera que no céu não se permitia política.
- e) Naquele ponto o arcanjo São Miguel ergue o braço e diz que no céu não se permitia política.

17. Dentre as alternativas abaixo, há apenas uma que apresenta oração subordinada exercendo função de substantivo. Assinale-a.

- a) *Sentei-me há pouco para escrever uma nota sobre a morte do meu querido amigo Monteiro Lobato...*
- b) *Minha avó diria que Lobato era um desses homens...*
- c) *Ouçó o pigarro impaciente de Lobato, que enfia um cigarro na piteira e acende-o no fogo de uma estrela.*
- d) *Lobato sorri e prossegue.*
- e) *E assim lá se vai Monteiro Lobato.*

18. As palavras, algumas vezes, podem aparecer em classes gramaticais diferentes daquelas a que pertencem. Analise as palavras abaixo no contexto em que se inserem.

- 1. morto (linha 02)
- 2. vivo (linha 03 – primeira ocorrência)
- 3. moleque (linha 04)
- 4. incompetentes (linha 20)
- 5. política (linha 22)

Quais delas são empregadas como substantivos?

- a) 1 – 2 – 5.
- b) 1 – 3 – 4.
- c) 2 – 3 – 4.
- d) 1 – 4 – 5.
- e) 3 – 4 – 5.

INSTRUÇÃO: Para responder às questões 19 e 20, leve em consideração os três textos desta prova.

19. Assinale a alternativa **correta** em relação ao posicionamento dos autores dos textos.

- a) O texto 1, como é uma narração, não apresenta posicionamento do autor.
- b) No texto 2, a opinião do autor pode ser confirmada pela presença das expressões como “Tenho esperança” (linha 47).
- c) No texto 3, Verissimo restringe-se a contar a vida de Monteiro Lobato.
- d) Os textos 1 e 3 apresentam um narrador de 3ª pessoa que não emite opinião sobre o tema discutido.
- e) No texto 2, o autor mantém-se neutro em relação à situação atual do Brasil.

20. Considere as afirmativas sobre os três textos da prova.

- I. Os três textos caracterizam-se como dissertação.
- II. O tema do texto 1 é o descobrimento do Brasil.
- III. O texto 2 sugere que a solução para a corrupção no Brasil passa pela melhoria na educação, o que influenciaria no caráter do povo.
- IV. O texto 3, ao apresentar a descrição que Lobato faz do Brasil, indica que nossos problemas políticos e sociais são antigos.

Quais estão **corretas**?

- a) Apenas a I e a II.
 - b) Apenas a I e a III.
 - c) Apenas a II e a III.
 - d) Apenas a II e a IV.
 - e) Apenas a III e a IV.
-
-

PROVA OBJETIVA DAS DISCIPLINAS JURÍDICAS

DIREITO CONSTITUCIONAL

21. A respeito do controle de constitucionalidade previsto na Constituição Federal, julgue as assertivas abaixo.

- I. O controle de constitucionalidade no atual direito brasileiro é realizado unicamente pelo Poder Judiciário.
- II. Um vício formal objetivo de inconstitucionalidade ocorre, por exemplo, quando uma lei foi sancionada, promulgada e publicada sem que tivesse o quorum mínimo de aprovação previsto constitucionalmente.
- III. O controle de constitucionalidade preventivo, cujo principal modelo é francês, não é previsto na atual constituição brasileira.
- IV. No controle difuso de constitucionalidade, declarada a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo pelo Supremo Tribunal Federal, os efeitos serão *ex tunc* para as partes da respectiva ação e poderão ser estendidos *erga omnes* por resolução do Senado Federal, porém, *ex nunc*, ou seja, a partir da decisão do Supremo Tribunal Federal.
- V. Qualquer lei ou ato normativo federal pode ser objeto de Ação Direta de Inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.

Assinale a alternativa **correta**.

- a) Somente as assertivas III e IV estão corretas.
 - b) Somente a assertiva V está incorreta.
 - c) Somente as assertivas I e II estão corretas.
 - d) Somente a assertiva III está incorreta.
 - e) Somente a assertiva II está correta.
-

22. A respeito do entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal, julgue as assertivas a seguir.

- I. Não cabe recurso extraordinário contra acórdão que defere medida liminar.
- II. Não cabe recurso extraordinário contra decisão proferida no processamento de precatórios.
- III. A decisão na ação direta de constitucionalidade nº 4 não se aplica à antecipação de tutela em causa de natureza previdenciária.
- IV. É de cinco dias o prazo para a interposição de recurso extraordinário contra decisão do Tribunal Superior Eleitoral, contado, quando for o caso, a partir da publicação do acórdão, na própria sessão de julgamento, nos termos do art. 12 da Lei nº 6055/1974, que não foi revogado pela Lei nº 8950/1994.
- V. Não viola a garantia constitucional de acesso à jurisdição a taxa judiciária calculada sem limite sobre o valor da causa.

Assinale a alternativa **correta**.

- a) Somente as assertivas I, II e IV estão corretas.
- b) Somente as assertivas II e V estão corretas.
- c) Somente as assertivas III, IV e V estão corretas.
- d) Somente a assertiva V está incorreta.
- e) Somente as assertivas I, II e III estão corretas.

23. A respeito das ações de controle de constitucionalidade conhecidas pelas siglas ADI e ADC, previstas na Constituição Federal, julgue as assertivas abaixo.

- I. Além das ações acima descritas, existem previstas constitucionalmente outras duas ações de controle concentrado de constitucionalidade.
- II. Apenas lei ou ato normativo federal ou estadual podem ser objeto de ADI e de ADC.
- III. Nem todas as pessoas legitimadas à propositura da ADI poderão propor ADC.
- IV. Todas as decisões do STF em ADI e em ADC produzem, na literalidade da Constituição Federal, efeito vinculante em relação aos órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública Federal, Estadual e Municipal.
- V. Haverá necessidade, em ambos os casos, de citação prévia do Procurador-Geral da República, que defenderá o ato ou o texto em julgamento.

Assinale a alternativa **correta**.

- a) Somente as assertivas I, II e IV estão corretas.
- b) Somente as assertivas III e V estão corretas.
- c) Somente as assertivas III, IV e V estão corretas.
- d) Somente a assertiva I está correta.
- e) Somente as assertivas II, III e V estão incorretas.

24. Com relação à pena de morte,

- I. a sua previsão pode ser objeto de emenda constitucional no atual sistema constitucional.
- II. é prevista constitucionalmente para casos excepcionais.
- III. é permitida em todo e qualquer caso, observados os procedimentos legais.

Assinale a alternativa **correta**.

- a) Estão corretas as assertivas I, II e III.
- b) Estão corretas as assertivas I e II.
- c) Somente a assertiva I está correta.
- d) Estão incorretas as assertivas II e III.
- e) Somente a assertiva II está correta.

25. Segundo a Constituição Federal, os fundamentos da República Federativa do Brasil são

- a) a soberania, a cidadania, a democracia, a dignidade da pessoa e o pluralismo político.
- b) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, o pluralismo político, a cidadania, a soberania e a dignidade da pessoa.
- c) o pluralismo político, a democracia, a participação popular, a redução das desigualdades regionais e sociais e a dignidade da pessoa.
- d) a dignidade da pessoa, a autonomia, a cidadania, o pluralismo político e a redução das desigualdades regionais e sociais.
- e) a autonomia, a cidadania, a justiça, a liberdade e a dignidade da pessoa.

26. Os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal são garantidos

- a) a qualquer pessoa, independentemente de nacionalidade ou residência.
- b) aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país.
- c) aos estrangeiros em visita ao país.
- d) apenas aos brasileiros natos e naturalizados.
- e) apenas aos brasileiros natos.

27. Segundo a Constituição Federal, é privativo do brasileiro nato o cargo de

- a) Juiz Federal.
- b) Procurador da Justiça.
- c) Oficial das Forças Armadas.
- d) Presidente de Autarquias.
- e) Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

28. Com relação à elaboração de leis sobre a proteção da infância e da juventude

- a) é competência exclusiva da União.
- b) é competência exclusiva da União legislar sobre normas gerais.
- c) é competência concorrente entre Estados e Municípios.
- d) é competência concorrente entre União, Estados e Distrito Federal.
- e) é competência concorrente entre Estados, Distrito Federal e municípios.

29. É competência privativa da União legislar sobre

- I. serviço postal.
- II. produção e consumo.
- III. trânsito e transporte.
- IV. sistema de poupança, captação e garantia da poupança popular.

A respeito das assertivas acima, assinale a alternativa **correta**.

- a) Todas as assertivas estão corretas.
- b) Somente a assertiva II está incorreta.
- c) Somente a assertiva I está correta.
- d) Somente as assertivas I e IV estão corretas.
- e) Todas as assertivas estão incorretas.

DIREITO TRIBUTÁRIO

30. O Poder Executivo edita medida provisória por meio da qual institui um tributo, denominando-o de taxa, cujo fato gerador é o exercício, pelo particular, de atividades potencialmente poluidoras, conforme definição de regulamento a ser expedido pela autoridade administrativa. O seu valor é fixo, mas há desconto de 70% para microempresas; de 50% para empresas de pequeno porte; e de 90% para pessoas físicas. Analisando esse caso, pode-se afirmar que o tributo deve ser declarado
- a) inconstitucional, unicamente porque foi violado o princípio da legalidade em virtude da sua instituição por medida provisória.
 - b) inconstitucional, porque, apesar de haver sido validamente utilizada a figura da taxa, foram violados o princípio da tipicidade e o princípio da capacidade contributiva, próprios dos impostos.
 - c) constitucional, pois consiste numa taxa de polícia graduada segundo a capacidade contributiva.
 - d) inconstitucional, pois tem fato gerador próprio dos impostos, violou o princípio da tipicidade, além de utilizar indevidamente o critério da capacidade contributiva.
 - e) constitucional, pois tem fato gerador próprio dos empréstimos compulsórios, podendo ser exigido em caso de urgência.
-
31. Segundo o Supremo Tribunal Federal, na interpretação do alcance da imunidade, é possível entender-se que, além dos livros, jornais e periódicos, nela está(ão) incluído(a)(s)
- a) apenas o papel destinado à sua impressão.
 - b) qualquer material indispensável à impressão.
 - c) a tinta para impressão.
 - d) as máquinas de impressão do papel.
 - e) o papel de impressão e o papel fotográfico.
-
32. Instituição de educação é imune a impostos sobre o patrimônio, rendas e serviços. Apesar disso, a fiscalização tributária, com base na legislação tributária, exige que ela cumpra uma série de obrigações acessórias, no interesse da arrecadação. Diante desse caso, é **correto** afirmar que a Instituição
- a) não precisa cumprir as obrigações acessórias, pois está imune às obrigações principais.
 - b) não precisa cumprir as obrigações acessórias, pois, apesar de serem independentes, precisam ser previstas, em todos os seus pormenores, por uma lei em sentido formal.
 - c) precisa cumprir as obrigações acessórias, pois elas são independentes da obrigação principal.
 - d) não precisa cumprir as obrigações acessórias, pois elas só devem ser cumpridas quando previstas em lei complementar.
 - e) só precisa cumprir as obrigações acessórias se desejar, pois elas não são obrigatórias.
-

33. Contribuinte é enquadrado no programa especial para pagamento unificado de tributos federais. Para que possa permanecer no programa, está proibido de efetuar operações de importação de mercadorias. Mediante fiscalização, a administração tributária constata que o contribuinte importou componentes para montagem de um produto, razão por que aplica a penalidade de exclusão do programa. O contribuinte apresenta impugnação administrativa e, antes de seu caso ser definitivamente julgado, a legislação é alterada, excluindo a vedação de importação de mercadorias. Diante dessa situação, pode-se afirmar que a lei nova

- a) aplica-se ao caso ocorrido anteriormente, pois deixou de defini-lo como infração.
- b) não se aplica ao caso ocorrido anteriormente, pois não pode retroagir para alcançar ato ou fato pretérito.
- c) não se aplica ao caso ocorrido anteriormente, pois já se iniciou o procedimento administrativo.
- d) aplica-se ao caso ocorrido anteriormente, pois diz respeito ao imposto de importação, cuja legislação produz efeitos retroativos.
- e) não se aplica ao caso ocorrido anteriormente, por causa da uniformidade das leis.

34. Pessoa jurídica vendedora de mercadorias sofre fiscalização da Receita Estadual que culmina com a lavratura de auto de infração. Segundo a autoridade administrativa, a pessoa jurídica teria omitido a venda de mercadorias tributáveis pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias, na medida em que as vendas representavam parcela muito pequena da imensa quantidade de matéria-prima que ingressava no estabelecimento. A pessoa jurídica apresentou impugnação administrativa e recurso voluntário perante a esfera administrativa, não logrando sucesso. Não possuindo o montante necessário para depositar o valor em discussão, a pessoa jurídica resolve ingressar em juízo. Qual o tipo de ação adequada caso a empresa pretenda produzir prova pericial para declarar a insubsistência do auto de infração e continuar obtendo certidão de regularidade fiscal?

- a) Ação ordinária com pedido de antecipação de tutela.
- b) Mandado de segurança com pedido de liminar.
- c) Mandado de segurança com pedido de depósito.
- d) Ação de consignação em pagamento.
- e) Mandado de segurança com pedido de perícia.

35. Em virtude da notícia de que a Receita Estadual irá fiscalizar os maiores contribuintes de seu Estado, o contribuinte resolve reavaliar o cumprimento de suas obrigações tributárias e constata a existência de pagamento a menor de tributo. Segundo a jurisprudência dominante, para regularizar sua obrigação, o contribuinte deve recolher

- a) o principal corrigido monetariamente.
- b) o principal corrigido monetariamente mais os juros de mora pelo atraso.
- c) o principal corrigido monetariamente mais juros de mora e multa de mora, esta como ressarcimento pelo atraso.
- d) somente o principal.
- e) somente a multa.

36. O crédito tributário constituído será declarado inválido se

- a) o processo administrativo fiscal observar o devido processo legal.
- b) o processo administrativo fiscal permitir a produção de prova, já que seu rito deve ser célere.
- c) a esfera administrativa possuir duplo grau de jurisdição, já que essa prerrogativa está reservada ao Poder Judiciário.
- d) o auto de lançamento, fixando o valor devido por meio de arbitramento, não especificar a metodologia adotada para apurar o quantum devido.
- e) o processo administrativo fiscal não exigir que o contribuinte ofereça garantia integral do débito.

37. Assinale a alternativa **correta**.

- a) Os Estados podem instituir taxas que tenham a mesma base de cálculo dos impostos.
- b) As taxas deverão sempre observar o princípio da capacidade contributiva.
- c) As taxas não precisam observar o princípio da anterioridade.
- d) As taxas podem ser instituídas sempre que houver uma contraprestação por parte do Estado, independente de previsão em lei.
- e) As taxas só podem ser instituídas em função do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis.

38. Das assertivas abaixo, assinale a **incorreta**.

- a) O lançamento por homologação é aquele em que o contribuinte antecipa o pagamento, ficando a autoridade com o dever de homologar ou não.
- b) O lançamento por declaração é aquele em que o contribuinte faz uma declaração e já paga, ficando a autoridade com o dever de homologar ou não.
- c) O arbitramento não é uma modalidade de lançamento, mas meio para atribuir valores quando o contribuinte é omissivo ou quando suas declarações não mereçam fé.
- d) O lançamento de ofício é aquele praticado pela autoridade administrativa nos casos previstos em lei.
- e) A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.

DIREITO COMERCIAL

39. Alguns empregados de uma sociedade anônima constituem uma associação com fins não econômicos, cobrando dos associados uma taxa pela prestação de determinados serviços. Em tal caso, pode-se afirmar que

- a) embora detenha o *nomen iuris* de associação, trata-se de uma sociedade, porque, para ser tida como associação, não poderia cobrar taxa alguma pelos serviços que presta.
- b) o fato de a taxa ser cobrada apenas de seus associados não a descaracteriza como associação, desde que terceiros nada paguem pelos serviços.
- c) o fato de cobrar tais taxas não permite descaracterizá-la como associação, desde que ausente o intuito de auferir lucro.
- d) os administradores da associação deverão ser responsabilizados e punidos pela cobrança de tais taxas, uma vez que, nas associações, elas não podem ser exigidas dos associados.
- e) tal associação deverá transformar-se obrigatoriamente em sociedade empresária, à luz do que preceitua o Código Civil.

40. Com relação ao regramento jurídico das sociedades não personificadas no Código Civil vigente, pode-se afirmar que

- a) deixou de ser prevista a sociedade em conta de participação, uma vez que, desde a edição da Lei nº 8.021/90, repugna ao direito brasileiro a idéia de que possa existir sociedade com um sócio oculto.
- b) não mais se admite a possibilidade de existir sociedade sem registro de seus atos constitutivos.
- c) o Código Civil inovou ao introduzir no direito pátrio a sociedade em conta de participação.
- d) estão nele contidas apenas as sociedades ditas de pessoas, incluindo a sociedade em nome coletivo, assim entendidas aquelas em que inexiste limitação da responsabilidade do sócio.
- e) nele estão contidas tanto a sociedade em comum quanto a sociedade em conta de participação.

41. A sociedade de economia mista

- a) não pode ser enquadrada como companhia aberta, nos termos da Lei nº 6.404/76.
- b) embora prevista na Lei nº 6.404/76, não é uma sociedade por ações.
- c) é uma sociedade por ações, podendo ou não ser enquadrada como companhia aberta.
- d) não é uma sociedade por ações.
- e) é sempre uma companhia aberta.

42. A lei recente (Lei nº 11.101/2005) que veio a substituir a legislação anterior de Falências e Concordatas (Decreto-lei nº 7.661/45)

- a) introduziu no direito pátrio o instituto da recuperação da empresa, tanto judicial quanto extrajudicial, sendo competente para apreciá-lo o juízo do local da sede social da empresa.
 - b) introduziu no direito pátrio o instituto da recuperação da empresa, tanto judicial quanto extrajudicial, sendo competente para apreciá-lo o juízo do local do principal estabelecimento da empresa.
 - c) introduziu no direito pátrio o instituto da recuperação judicial da empresa, mantendo a possibilidade de as empresas requererem concordata.
 - d) introduziu no direito pátrio o instituto da recuperação extrajudicial da empresa, mantendo a possibilidade de as empresas requererem concordata.
 - e) suprimiu tanto o instituto da concordata quanto o da falência, substituindo-os por um novo e único instituto, denominado de recuperação judicial compulsória, conduzida por um administrador nomeado pelo juízo, e submetido à fiscalização pelo Comitê de Credores.
-

43. Quanto ao capital social de sociedades limitadas e anônimas, pode-se afirmar que

- a) o capital de qualquer sociedade anônima será sempre maior do que o de uma sociedade limitada.
- b) o capital de uma sociedade anônima encontra-se dividido em ações, sempre ordinárias, ao passo que o de uma sociedade limitada fraciona-se em quotas.
- c) não há, via de regra, capital social mínimo nem máximo exigido para a constituição de sociedades anônimas e/ou limitadas no direito brasileiro.
- d) o capital social de uma sociedade anônima terá de ser subscrito e totalmente integralizado no mesmo ato.
- e) o capital social somente poderá ser integralizado mediante a transferência de bens imóveis se os mesmos estiverem livres de quaisquer gravames.

DIREITO ADMINISTRATIVO

44. Relativamente ao processo de licitação disciplinado na Lei nº 8.666/93, assinale a alternativa **correta**.

- a) Pode ser revogado por razões de interesse público decorrente de fato anterior à abertura, pertinente e suficiente, devidamente comprovado, mediante parecer escrito fundamentado.
- b) Deve ser anulado por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito devidamente fundamentado, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- c) Deve ser anulado somente em razão de fato superveniente à abertura, pertinente e suficiente, mediante parecer escrito devidamente fundamentado.
- d) Pode ser anulado por razões de interesse público decorrente de fatos posteriores à abertura, pertinentes e suficientes, devidamente comprovados.
- e) Deve ser revogado em caso de ilegalidade do edital, ainda que não tenha sido argüida, tempestivamente, pelos licitantes, mediante parecer escrito fundamentado.

45. O Procurador do Estado, no exercício de suas funções, **não** tem o poder legal de

- a) requisitar informações, esclarecimentos e diligências a qualquer autoridade ou órgão da administração estadual para o fiel cumprimento de suas funções.
- b) obter, sem despesas, a realização de buscas e o fornecimento de certidões dos cartórios judiciais e extrajudiciais ou de quaisquer repartições públicas necessários ao exercício das suas funções.
- c) ter presença e voz em todas as instâncias administrativas de deliberação acerca de seus atos e pronunciamentos oficiais.
- d) desfrutar as prerrogativas inerentes à atividade da advocacia, sendo inviolável pelos seus atos e manifestações oficiais, nos termos da lei.
- e) deixar de recorrer das decisões judiciais nos casos em que a pretensão resistida tenha abrigo em orientação uniforme das instâncias judiciais ordinárias.

46. Em relação às chamadas agências reguladoras, é **correto** afirmar que

- a) são pessoas jurídicas de direito público que têm por objeto a regulação e a fiscalização de serviços públicos e de atividades econômicas.
 - b) são órgãos públicos descentralizados que têm competência para regular e fiscalizar os serviços públicos explorados diretamente pelo Estado.
 - c) são pessoas jurídicas de direito privado por meio das quais o Estado intervém no domínio econômico, mediante a exploração direta e a regulação das atividades econômicas.
 - d) são pessoas jurídicas de direito público que têm por objeto a regulação, a fiscalização e a prestação direta dos serviços públicos em regime de concorrência.
 - e) são pessoas jurídicas de direito privado que regulam as atividades econômicas e os serviços públicos prestados por meio de concessão ou permissão.
-

47. Segundo as normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada (Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004) no âmbito da Administração Pública, é **correto** afirmar que

- a) há contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.
 - b) os riscos, inclusive a álea econômica extraordinária, são suportados exclusivamente pelo parceiro público.
 - c) os ganhos econômicos efetivos do parceiro privado não são compartilhados com a Administração Pública.
 - d) pode ter por objeto o exercício do poder de polícia.
 - e) pode ser celebrado por prazo indeterminado.
-

48. Segundo o ordenamento jurídico pátrio, são pessoas jurídicas de direito privado

- a) as associações públicas.
 - b) as empresas públicas unipessoais.
 - c) as autarquias.
 - d) a União.
 - e) os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
-

49. No exercício do poder regulamentar, o Chefe do Poder Executivo pode

- a) criar e extinguir cargos públicos.
 - b) apurar e punir as faltas funcionais.
 - c) revisar as decisões dos órgãos inferiores.
 - d) proibir o exercício de atividade econômica.
 - e) disciplinar a discricção administrativa.
-

50. Os contratos administrativos de que trata a Lei nº 8.666/93 regem-se

- a) pelas suas cláusulas exclusivamente e, supletivamente, no que couber, pelos princípios da teoria geral dos contratos.
- b) pelas suas cláusulas, pelas normas de direito público e, supletivamente, pelos princípios da teoria geral dos contratos e pelas normas de direito privado.
- c) pelas suas cláusulas, pelas normas de direito público e pelas normas de direito privado expressamente mencionadas no contrato.
- d) pelas suas cláusulas, pelos princípios da teoria geral dos contratos e, supletivamente, no que couber, pelas normas de direito público.
- e) pelas suas cláusulas, no que couber, pelas normas de direito privado e, supletivamente, pelas normas de direito público.

51. Constitui-se instrumento de controle interno da atividade administrativa do Poder Executivo

- a) a ação popular.
- b) o registro dos atos de concessão de aposentadoria pelo Tribunal de Contas.
- c) o julgamento anual das contas pelo Poder Legislativo.
- d) a comissão parlamentar de inquérito.
- e) a fiscalização hierárquica.

52. A restituição do bem expropriado ao antigo proprietário por não ter sido aproveitado conforme destinação prevista consiste na

- a) retrocessão.
- b) desapossamento administrativo.
- c) requisição.
- d) caducidade.
- e) ocupação temporária.

DIREITO CIVIL

53. Assinale a alternativa **correta**.

- a) O direito à inviolabilidade da vida privada é um dos direitos de personalidade previstos no Código Civil Brasileiro.
- b) A incapacidade do agente é sempre causa de nulidade do negócio jurídico.
- c) Os bens de uso comum do povo podem ser livremente alugados pelo poder público a um particular, mesmo sem necessidade de desafetação.
- d) As pertencças, em regra, seguem o destino do bem principal.
- e) O bem móvel que está empregado na exploração comercial de um bem imóvel deve ser considerado uma parte integrante desse bem imóvel.

54. Assinale a alternativa **incorreta**.

- a) A substancialidade do erro não é suficiente para justificar a anulação do negócio jurídico.
 - b) Não cabe alegação de fraude contra credores em embargos de terceiro.
 - c) O direito brasileiro admite a conversão do negócio jurídico nulo em outro negócio quando for possível supor que as partes o teriam querido, se houvessem previsto a nulidade.
 - d) Para que se caracterize a coação invalidante não é necessário que aquele que praticou a coação tenha auferido qualquer ganho resultante da prática do ato jurídico pelo coagido.
 - e) A validade de um negócio jurídico é condição necessária para que esse negócio produza efeitos jurídicos.
-

55. Assinale a alternativa **incorreta**.

- a) A interrupção da prescrição por um dos credores solidários aproveita os demais credores.
 - b) O implemento do prazo prescricional é condição necessária para que o titular da exceção de prescrição possa a ela renunciar.
 - c) Todos os direitos potestativos têm um prazo decadencial previsto para o seu exercício.
 - d) Salvo disposição legal em contrário, ao prazo decadencial não se aplicam as causas de impedimento, suspensão ou interrupção da prescrição.
 - e) A decadência deve ser conhecida de ofício pelo juiz quando resultar de lei.
-

56. Assinale a alternativa **correta**.

- a) A obrigação de restituir por enriquecimento sem causa é uma espécie de obrigação resultante de ato ilícito.
 - b) A culpa é condição necessária para a responsabilização civil no direito privado brasileiro.
 - c) O exercício abusivo de um direito subjetivo não é reconhecido, no Brasil, como uma forma de ilicitude.
 - d) O direito brasileiro só admite a indenizabilidade dos danos patrimoniais.
 - e) Se o ato ilícito teve mais de um autor, todos respondem solidariamente pela reparação.
-

57. Assinale a alternativa **correta**.

- a) Segundo as regras do Código Civil, as cláusulas padrão em contratos de adesão são nulas.
 - b) Se celebrado entre ausentes, o contrato reputa-se celebrado no domicílio do aceitante, uma vez que é só no momento da aceitação que o contrato se perfectibiliza.
 - c) A forma do distrato é livre.
 - d) A extinção do contrato pela invocação da cláusula resolutiva tácita depende de interpelação judicial.
 - e) Não é possível a resolução por onerosidade excessiva em contratos dos quais resultem obrigações a apenas uma das partes.
-

58. Assinale a alternativa **correta**.

- a) É nula a compra e venda de ascendente a descendente.
 - b) O contrato para a compra e venda de bem futuro é nulo, por ter objeto impossível.
 - c) A existência de um contrato de mandato é condição necessária para que incidam as regras que regulam o instituto da gestão de negócios.
 - d) É nula a doação de todos os bens do doador.
 - e) A forma para as manifestações de vontade no contrato de fiança é livre.
-

59. Assinale a alternativa **incorreta**.

- a) A posse pode ser adquirida por meio de um mandatário.
 - b) O possuidor de má-fé deve responder pelos frutos percebidos, mas tem direito ao valor das despesas da produção e do custeio.
 - c) Não há dever de ressarcir as benfeitorias úteis feitas por possuidor de má-fé.
 - d) O possuidor de boa-fé tem direito aos frutos percebidos enquanto durar sua boa-fé.
 - e) O valor da obrigação de indenizar as benfeitorias sempre será calculado com base em seu custo efetivo para o possuidor, jamais pelo seu valor atual.
-

60. Assinale a alternativa **incorreta**.

- a) O contrato de promessa de compra e venda celebrado na forma da lei e sem pacto de arrendimento, após registrado no Registro de Imóveis, dá um direito real ao promitente comprador.
 - b) O direito real de superfície se extingue com a morte do superficiário.
 - c) O direito brasileiro admite o usufruto de um patrimônio inteiro.
 - d) A servidão pode ser constituída por meio da usucapião.
 - e) O usufrutuário não está obrigado a indenizar as deteriorações da coisa resultantes do exercício regular do direito real de usufruto.
-

61. Assinale a alternativa **correta**.

- a) Em não havendo pagamento pontual da dívida garantida por uma hipoteca, o credor tornar-se-á proprietário do bem objeto da garantia.
 - b) Não é permitido pelo direito civil brasileiro que a garantia hipotecária de um débito seja prestada por quem não é o devedor.
 - c) O penhor se extingue com a morte do devedor pignoratício.
 - d) A garantia hipotecária pode recair tanto sobre o domínio direto quanto sobre o domínio útil.
 - e) A garantia hipotecária não pode ser dada em garantia de qualquer tipo de dívida futura.
-

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

62. Assinale a alternativa **correta**.

- a) Todas as pessoas que se acham no pleno exercício dos seus direitos têm legitimação para a causa, inclusive nas ações de estado.
 - b) Mesmo sendo legitimados para a causa, inclusive nas ações de estado, os incapazes não detêm capacidade para estar em juízo.
 - c) A mulher casada só pode demandar sobre direitos reais imobiliários em litisconsórcio com o seu marido.
 - d) Verificando a incapacidade processual do autor, o juiz deverá nomear curador especial.
 - e) Nenhuma das alternativas está correta.
-

63. Assinale a alternativa **correta**.

- a) A falta de intervenção do Ministério Público anula o processo apenas quando o menor não está regularmente assistido por seus pais.
- b) O Ministério Público está obrigado a recorrer toda vez que a sentença é desfavorável ao menor.
- c) Se o Juízo não foi informado da existência de menores interessados na causa, a falta de intervenção do Ministério Público não anula o processo.
- d) Se a sentença foi favorável ao menor, a falta de intervenção do Ministério Público não implica nulidade do processo.
- e) Nenhuma das alternativas está correta.

64. Assinale a alternativa **correta**.

- a) O juiz que foi parte em processo já extinto continua impedido para todas as causas substancialmente conexas.
- b) A suspeição argüida contra todos os integrantes do Tribunal local desloca o julgamento da exceção para o Supremo Tribunal Federal.
- c) A argüição de impedimento do juiz não está sujeita à preclusão, podendo, inclusive, fundamentar ação rescisória da sentença de mérito, transitada em julgado.
- d) A exceção de incompetência absoluta suspende o processo, até que seja definitivamente julgada.
- e) Nenhuma das alternativas está correta.

65. Assinale a alternativa **correta**.

- a) Todas as sociedades civis, inclusive os sindicatos, estão legitimados para promover ação civil pública em defesa dos seus filiados.
- b) A pessoa que provocar a iniciativa do Ministério Público deverá integrar a ação civil pública subsequente na qualidade de assistente litisconsorcial.
- c) A apelação na ação civil pública, em princípio, deve ser recebida apenas no efeito devolutivo, mas o juiz pode conferir o efeito suspensivo para evitar dano irreparável.
- d) A sentença na ação civil pública produz efeitos “erga omnes”, salvo no caso de improcedência, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação com novo fundamento.
- e) Nenhuma das alternativas está correta.

66. Assinale a alternativa **correta**.

- a) Na execução contra a Fazenda Pública, havendo aceitação do credor, o juiz pode determinar que a penhora recaia sobre bens dominicais indicados pela devedora.
- b) Se a Fazenda Pública não promover a execução da dívida ativa no prazo de 30 (trinta) dias, cessa a eficácia da medida cautelar fiscal concedida em procedimento preparatório.
- c) A indisponibilidade patrimonial decretada em medida cautelar fiscal converte-se em penhora e dispensa a propositura de execução fiscal, se o devedor não opuser embargos tempestivamente.
- d) A execução fiscal contra a Fazenda Pública deve seguir a disciplina do artigo 730 do Código de Processo Civil, e não as regras da Lei nº 6.830/80, que só têm aplicação no caso de devedor particular.
- e) Nenhuma das alternativas está correta.

67. Assinale a alternativa **correta**.

- a) Mesmo tendo ocorrido a revelia, o réu não fica impedido de intervir no processo a qualquer tempo, antes do julgamento da causa, para alegar proficuamente todas as defesas de direito de que dispuser.
- b) A revelia implica confissão ficta sobre os fatos e o direito, autorizando o julgamento antecipado da lide, mesmo nas ações movidas contra o Estado.
- c) O efeito da revelia não pode prejudicar o réu quando citado por edital, com hora certa ou pelo correio.
- d) O processo não pode prosseguir regularmente sem a nomeação de curador especial para o réu revel.
- e) Nenhuma das alternativas está correta.

68. Assinale a alternativa **correta**.

- a) O prazo para a interposição de recurso é contado da publicação da sentença no órgão oficial, salvo se os advogados das partes estiverem sediados fora da comarca.
- b) A regra de que a nulidade dos atos processuais deve ser alegada na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, sob pena de preclusão, não se aplica às nulidades absolutas.
- c) A intervenção do Ministério Público é facultativa nas causas em que há interesse público evidenciado pela qualidade das partes, sendo obrigatória apenas quando o litígio envolve menores.
- d) Havendo pluralidade de réus, o prazo para resposta começa a correr a partir da última citação, exceto quanto aos litisconsortes citados por edital.
- e) Nenhuma das alternativas está correta.

69. Assinale a alternativa **correta**.

- a) O princípio do contraditório impõe que todos os atos judiciais sejam passíveis de controle pelos meios recursais ordinários e extraordinários.
- b) A cumulação de pedidos é possível, num único processo, contra o mesmo réu, ainda que entre eles não haja conexão.
- c) A citação realizada em feriado é válida, mesmo que o direito não esteja em perigo de perecimento, começando a correr o prazo para resposta no dia imediatamente seguinte.
- d) A assistência, depois do saneamento do processo, só pode ser admitida com a concordância das partes.
- e) Nenhuma das alternativas está correta.

70. Assinale a alternativa **correta**.

- a) Havendo requerimento do recorrente, o relator pode atribuir efeito suspensivo a qualquer apelação, para afastar risco de dano irreparável, desde que seja relevante a fundamentação.
- b) O recurso cabível contra acórdão que denega mandado de segurança é o especial, salvo quando houver contrariedade a preceito constitucional.
- c) O princípio do juiz natural impede o julgamento por juízo diverso do que era competente no momento da propositura da ação.
- d) Os atos processuais só podem ser praticados dentro do horário de expediente, salvo nos domingos e feriados.
- e) Nenhuma das alternativas está correta.

DIREITO DO TRABALHO E PROCESSO DO TRABALHO

71. Empregado beneficiado com o subsídio, por parte de seu empregador, de 50% do custo das mensalidades de curso superior, goza, à luz da lei vigente, de

- a) salário indireto, não integrado à remuneração.
 - b) salário *in natura*, cujo valor estimativo agrega-se à remuneração para todos os efeitos legais.
 - c) utilidade sem natureza salarial.
 - d) utilidade imprópria agregada ao salário componente da remuneração.
 - e) salário indireto integrante da remuneração.
-

72. Atente às afirmações a seguir, tendo em vista o abandono de emprego.

- I. À luz da atual jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, é bastante a ausência injustificada do empregado ao trabalho, por período superior a trinta dias, para configurar a falta grave do empregado.
 - II. Dada a sua natureza especial, entre as causas de extinção do contrato de trabalho por justa causa do empregado, é a única com efeito auto-operante.
 - III. A doutrina, em geral, cogita de dois requisitos para a sua caracterização: o objetivo, da ausência injustificada ao trabalho por período superior a trinta dias; e o subjetivo, consubstanciado em sinais que demonstrem intenção do empregado de não mais permanecer no emprego.
- a) São falsas apenas as afirmações I e II.
 - b) É falsa apenas a afirmação I.
 - c) São falsas apenas as afirmações I e III.
 - d) É falsa apenas a afirmação II.
 - e) São falsas apenas as afirmações II e III.
-

73. Atente às seguintes afirmações:

- I. Em caso de eventual conflito entre convenção coletiva de trabalho e acordo coletivo de trabalho, prevalecerão sempre as condições estabelecidas neste último, por expressa disposição legal.
 - II. As convenções coletivas e acordos coletivos de trabalho são fontes autônomas do Direito do Trabalho, e contra as condições neles estabelecidas não prevalece, *ex vi legis*, a autonomia da vontade na negociação individual entre empregado e empregador.
 - III. Segundo a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, as condições de trabalho estabelecidas em sentença normativa incorporam-se aos contratos individuais de trabalho apenas no período de vigência daquela.
- a) São verdadeiras apenas as afirmações I e II.
 - b) É verdadeira apenas a afirmação I.
 - c) São verdadeiras apenas as afirmações I e III.
 - d) É verdadeira apenas a afirmação III.
 - e) São verdadeiras apenas as afirmações II e III.
-

74. A cominação legal de nulidade das alterações lesivas do contrato individual de trabalho traduz, no plano deontológico do Direito do Trabalho, a atuação

- a) da norma mais favorável.
 - b) da máxima *in dubio pro operario*.
 - c) da máxima *odiosa restringenda, favorabilia amplianda*
 - d) da preservação da condição mais benéfica.
 - e) da igualdade formal.
-

75. O trabalho voluntário, prestado por pessoa física, à luz da disciplina legal,

- a) é vedado em favor do Estado.
 - b) é permitido em favor do Estado, salvo em funções objeto de cargos de carreira profissional.
 - c) é previsto em favor de entidade pública de qualquer natureza.
 - d) é vedado, no âmbito estatal, para as entidades autárquicas e fundacionais.
 - e) é previsto para situações de emergência exaustivamente relacionadas.
-

76. A sentença de liquidação, no processo trabalhista, comporta

- a) ação rescisória, após trânsito em julgado, segundo jurisprudência pacífica do Tribunal Superior do Trabalho.
 - b) agravo de petição, por se tratar de decisão proferida na execução, segundo a Consolidação das Leis do Trabalho.
 - c) ação anulatória, após trânsito em julgado, segundo jurisprudência dominante nos tribunais do trabalho.
 - d) recurso de apelação, por se tratar de decisão complementar da sentença de cognição, segundo a doutrina.
 - e) recurso ordinário, após vencida a instância de embargos à execução, segundo interpretação literal da Consolidação das Leis do Trabalho.
-

77. As ações de indenização por dano moral, decorrentes de fato ocorrido na relação de trabalho,

- a) são da competência da Justiça Comum, salvo em se tratando de relação de emprego, quando competem à Justiça do Trabalho, segundo a jurisprudência dominante.
 - b) são da competência da Justiça Comum, inclusive quando se tratar de relação de emprego, conforme jurisprudência convergente do Tribunal Superior do Trabalho e do Superior Tribunal de Justiça.
 - c) são da competência da Justiça do Trabalho, à luz da Constituição.
 - d) são da competência da Justiça do Trabalho, tratando-se de relação de emprego, salvo se decorrentes de assédio sexual, conforme súmula do Tribunal Superior do Trabalho.
 - e) são da competência da Justiça Comum, à luz da lei vigente.
-

78. À luz da lei vigente, no processo trabalhista, o Estado tem, entre outros privilégios,

- a) prazo em dobro de interposição de recurso, apenas na fase de cognição.
- b) prazo de trinta dias para interposição de embargos à execução e de impugnação à sentença de liquidação.
- c) recurso ordinário *ex officio*.
- d) isenção de custas, apenas para a União Federal.
- e) prazo em dobro para contestar a ação.

79. Considere as seguintes afirmações, segundo a jurisprudência atual do Tribunal Superior do Trabalho.

- I. Há responsabilidade subsidiária do Estado, em caso de inadimplência dos encargos trabalhistas dos prestadores de serviços terceirizados.
 - II. Servidor do Estado admitido sem ter-se submetido a concurso público tem garantidos todos os direitos trabalhistas, ainda que nulo o contrato de trabalho.
 - III. A aposentadoria por tempo de serviço, ainda que de servidor público, não extingue o contrato de trabalho.
- a) É verdadeira apenas a afirmação I.
 - b) São verdadeiras apenas as afirmações I e II.
 - c) É verdadeira apenas a afirmação II.
 - d) São verdadeiras apenas as afirmações I e III.
 - e) São verdadeiras todas as afirmações.

SEGURIDADE SOCIAL

80. Mauro é Promotor de Justiça aposentado por tempo de serviço desde 1991. De acordo com o Supremo Tribunal Federal, observada a norma constitucional de anterioridade quando necessário, é **correto** afirmar que sua contribuição previdenciária como servidor inativo

- a) era admitida desde a aposentadoria, foi vedada a partir da Emenda nº 20 à Constituição Federal (§ 12 do art. 40 combinado com o art. 195, II), de dezembro de 1998, e atualmente é admitida.
- b) era vedada desde a aposentadoria, somente sendo admitida com a promulgação da Emenda nº 41 à Constituição Federal, de dezembro de 2003, que deu nova redação ao caput do art. 40.
- c) foi admitida apenas a partir da Emenda nº 3 à Constituição Federal, de março de 1993, sendo vedada pela Emenda nº 20, de dezembro de 1998, e novamente admitida a partir da Emenda nº 41, de dezembro de 2003.
- d) era vedada desde a aposentadoria, somente sendo admitida a partir da Emenda nº 47 à Constituição Federal, de julho de 2005.
- e) era admitida desde a aposentadoria, foi vedada pela Emenda nº 3 à Constituição Federal, de março de 1993, que deu nova redação ao § 6º do art. 40, e atualmente voltou a ser admitida.

81. Acerca do sistema de seguridade do Estado do RS, assinale a alternativa **correta**.

- a) Em nenhuma hipótese pode Deputado Estadual vincular-se ao regime próprio de previdência estadual, por ser segurado obrigatório do regime geral de previdência social.
- b) Os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado possuem regime previdenciário inteiramente distinto do regime previdenciário dos demais servidores do TCE/RS.
- c) Em caso de insuficiência de recursos ao pagamento de aposentadorias e pensões, caberá a cada Poder ou órgão, por meio de dotações orçamentárias próprias, transferir os recursos necessários, limitados estes ao dobro das contribuições dos servidores.
- d) Segundo a Constituição Estadual, cumpre ao Estado manter órgão ou entidade de previdência e também assistência à saúde, cujos destinatários são os servidores estaduais e seus dependentes, na forma da lei, mediante contribuição.
- e) Com a reestruturação do Sistema de Assistência à Saúde dos servidores públicos do Estado, os ocupantes exclusivamente de cargos em comissão ou empregos públicos junto à Administração estadual não mais podem ser segurados do denominado IPE-SAÚDE.

82. De acordo com a Constituição da República, a Seguridade Social deve ser organizada com base em diversos objetivos, dentre os quais,

- a) a valorização das entidades de assistência social.
- b) a comutatividade da base de financiamento.
- c) o acesso gratuito aos serviços de assistência e previdência social.
- d) a uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
- e) a gestão tripartite com a participação do Governo, da comunidade e dos aposentados nos órgãos colegiados.

83. À luz da Constituição da República, assinale a alternativa que encerra princípios comuns à Saúde e à Assistência Social.

- a) O princípio da descentralização e o princípio da livre participação de empresas de capital estrangeiro.
- b) O princípio da universalidade de cobertura e atendimento e o princípio da seletividade de serviços.
- c) O princípio da participação da comunidade e o princípio da vinculação de receita tributária líquida a encargos sociais.
- d) O princípio da equidade na prestação dos serviços e o princípio da capacidade contributiva.
- e) O princípio da supletividade e o princípio da solidariedade social.

84. Considerando o disposto pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, é **incorreto** afirmar que

- a) a alíquota da contribuição previdenciária cobrada dos servidores em atividade vinculados aos regimes previdenciários próprios dos Estados e dos Municípios pode ser superior àquela estabelecida para os servidores titulares de cargos efetivos da União.
- b) a servidora que completar as exigências para aposentadoria voluntária e que contar com pelo menos vinte e cinco anos de contribuição terá direito, optando por permanecer em atividade, a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária.
- c) o benefício de pensão por morte de servidor vinculado a regime próprio corresponde à totalidade de sua remuneração no cargo efetivo em que se deu o falecimento, se essa remuneração era inferior ao limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social.
- d) as disposições referentes ao cálculo dos proventos de aposentadoria dos servidores civis titulares de cargos efetivos tiveram, em sua totalidade, aplicabilidade imediata e integral.
- e) o regime de previdência complementar, a ser instituído por lei de iniciativa do Poder Executivo para os servidores do Estado titulares de cargos efetivos, não poderá oferecer plano de benefícios definidos.

85. No regime previdenciário existente no Estado do RS para os titulares de cargo público efetivo, é **correto** afirmar que

- a) o servidor poderá ser aposentado compulsoriamente neste regime, ainda que perceba proventos em decorrência de reforma como militar.
- b) a alíquota de 11% da contribuição previdenciária, devida a este regime pelos servidores aposentados, incide sobre a gratificação natalina que é percebida somente na parte que exceder 50% do limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social.
- c) aos militares não mais assiste o direito de terem seus proventos revistos na mesma proporção e na mesma data em que se modificar a remuneração dos militares em atividade.
- d) o militar participante deste regime pode filiar-se facultativamente ao regime geral de previdência social.
- e) os dependentes de servidor falecido em estágio probatório têm direito à pensão, na forma da lei.

DIREITO PENAL

86. Fulano de Tal, estagiário da Polícia Civil, denunciado criminalmente por ter inserido dados falsos em sistema informatizado da Polícia, alega em sua defesa que praticou a conduta em razão de ter sofrido séria ameaça de um Escrivão, superior seu, que prometeu matá-lo caso não atendesse à sua determinação. Caso reste provada a alegação defensiva, absolvendo-se Fulano, aplicar-se-ia norma relativa a uma excludente de

- a) culpabilidade, pela coação moral irresistível.
- b) culpabilidade, pela coação física irresistível.
- c) culpabilidade, pela obediência a ordem de superior hierárquico.
- d) ilicitude, pela obediência a ordem de superior hierárquico.
- e) ilicitude, pelo estado de necessidade.

87. Considerando a jurisprudência hegemônica acerca dos crimes contra a fé pública, assinale a assertiva **incorreta**.

- a) A consumação da falsificação de documento não exige o efetivo uso do documento falsificado.
- b) A consumação da falsidade ideológica não exige a efetiva obtenção de proveito juridicamente relevante.
- c) As fotocópias e reproduções xerográficas de documentos, desde que autenticadas, podem ser consideradas documentos passíveis de falsificação criminosa.
- d) Quando a prática do *falsum* está puramente a serviço do estelionato, este crime é absorvido por aquele, sendo o seu pós-fato impunível.
- e) Quando a prática do *falsum* está puramente a serviço do estelionato, aquele crime é absorvido por este, sendo o seu ante-fato impunível.

88. Com o fim de acelerar a tramitação de processo administrativo, um funcionário público exige de alguém a importância de R\$ 1.500,00, que vem a ser paga ao funcionário, mas com um cheque sem suficiente provisão de fundos. Considerando-se apenas os possíveis crimes contra a administração pública, as condutas do funcionário e do particular configurariam, respectivamente,

- a) concussão consumada e corrupção ativa consumada.
- b) concussão tentada e corrupção ativa consumada.
- c) concussão consumada e fato penalmente atípico.
- d) concussão tentada e fato penalmente atípico.
- e) corrupção passiva tentada e corrupção ativa consumada.

89. Os Governadores de Estado **não** podem ser autores de crime de responsabilidade consistente em

- a) captar recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido.
- b) impedir, por qualquer meio, o efeito dos atos, mandados ou decisões do Poder Judiciário.
- c) contrair empréstimo ou efetuar operação de crédito sem autorização legal.
- d) infringir, no provimento dos cargos públicos, as normas legais.
- e) exercer atividade político-partidária.

90. Em cumprimento a mandados de prisão, ao chegar à frente da casa onde estavam as pessoas a serem presas, grupo de policiais é recebido à bala, estabelecendo-se um intenso tiroteio. Ao final da troca de tiros, logrando os policiais entrar na residência, verifica-se que estava morta uma das pessoas contra as quais foram expedidos os mandados, restando gravemente ferida a segunda pessoa. Comprovou-se, também, que ambos estavam armados, sendo autores dos tiros desferidos contra os policiais, assim como se confirmou que os seus ferimentos haviam sido causados pelos tiros desferidos pelos policiais. Assim, em relação às condutas dos policiais na troca de tiros, em que mataram um (homicídio) e feriram outro (lesões corporais), ocorreu

- a) estrito cumprimento do dever legal, excluindo-se a ilicitude.
- b) estado de necessidade justificante, excluindo-se a ilicitude.
- c) estado de necessidade exculpante, excluindo-se a culpabilidade.
- d) legítima defesa exculpante, excluindo-se a culpabilidade.
- e) legítima defesa justificante, excluindo-se a ilicitude.

DIREITO FINANCEIRO

91. Assinale a alternativa **correta**.

- a) A cobrança judicial dos valores das multas impostas pelo Tribunal de Contas do Estado compete à Procuradoria-Geral do Estado.
 - b) Compete ao Ministério Público Estadual a cobrança judicial dos valores das multas e ressarcimentos decididos pelo Tribunal de Contas do Estado.
 - c) O Tribunal de Contas do Estado, em face da sua autonomia administrativa e financeira, possui legitimidade processual para cobrar os valores das multas por ele impostas contra autoridades estaduais.
 - d) Quando a infração se referir à legislação federal, as multas impostas pelo Tribunal de Contas do Estado serão cobradas pela União.
 - e) É receita própria do Tribunal de Contas do Estado, em face da sua autonomia administrativa e financeira, o produto dos valores cobrados pelas multas por ele impostas.
-

92. Assinale a alternativa **correta**.

- a) As decisões do Tribunal de Contas, quando resultarem em imputação de débito ou multa, não terão eficácia de título executivo.
 - b) Os valores resultantes de imputação de débito decidida pelo Tribunal de Contas do Estado constituem-se em crédito estadual, independentemente de a autoridade condenada ser estadual ou municipal.
 - c) Os valores pagos a título de multa imposta pelo Tribunal de Contas do Estado constituem-se em receita estadual não-tributária, ainda que a autoridade responsável seja municipal.
 - d) Somente os administradores da administração direta estadual estão sujeitos à imposição de multa pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.
 - e) Contra parecer desfavorável das contas anuais do Governador do Estado emitido pelo Tribunal de Contas do Estado cabe recurso promovido pela Procuradoria-Geral do Estado perante o Tribunal de Contas da União.
-

93. O princípio que estabelece que todas as receitas e despesas estarão contidas no orçamento pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções, é o da

- a) universalidade.
 - b) unidade.
 - c) anualidade.
 - d) especialização.
 - e) exclusividade.
-

94. Assinale a alternativa **correta**.

- a) O parecer prévio, competência do Tribunal de Contas do Estado sobre as contas dos Prefeitos prestadas anualmente, implica deliberação idêntica à do Tribunal pela respectiva Câmara Municipal.
- b) O parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado sobre as contas que os Prefeitos prestam anualmente somente deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.
- c) O controle interno é independente e, portanto, seus responsáveis não darão ciência ao Tribunal de Contas de qualquer ilegalidade de que tomarem conhecimento.
- d) A União não intervirá nos Municípios localizados nos Estados, exceto quando deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por um ano, a dívida fundada.
- e) O parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado, quando contrário à prestação de contas do Governador do Estado, somente será decidido por maioria de dois terços dos Conselheiros.

95. Assinale a alternativa **correta**.

- a) As taxas são receitas originárias do Estado.
- b) O projeto de lei diretrizes orçamentárias é de iniciativa de cada Poder, do Ministério Público e do Tribunal de Contas.
- c) O Plano Plurianual é lei de iniciativa conjunta dos Poderes.
- d) É vedado o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual.
- e) A instituição de fundos de qualquer natureza depende de decreto do Poder Executivo.

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO

96. Assinale a alternativa **correta**.

- a) A diferença essencial entre uma organização supranacional e uma intergovernamental reside em que, na primeira, as normas emanadas dos órgãos de decisão penetram nas ordens jurídicas dos Estados de forma direta (em geral) e seus destinatários são os Estados e os indivíduos dos Estados. Já nas organizações intergovernamentais, a internalização das normas nas ordens jurídicas internas é necessária para que as normas sejam aplicáveis aos indivíduos.
- b) A diferença essencial entre uma organização supranacional e uma intergovernamental reside em que, na primeira, os órgãos de decisão estão formados por funcionários internacionais (essencialmente). Já nas organizações intergovernamentais, os órgãos de decisão estão formados por representantes dos Estados membros e recebem influência deles.
- c) A diferença essencial entre uma organização supranacional e uma intergovernamental reside em que, na primeira, os órgãos de decisão adotam decisões de forma mais independente dos Estados membros (por maioria absoluta ou qualificada). Já nas organizações intergovernamentais, as decisões são adotadas principalmente por consenso ou unanimidade.
- d) A diferença essencial entre uma organização supranacional e uma intergovernamental reside em que, na primeira, o órgão que adota as decisões é quem celebra os tratados de adesão com outros Estados. Já nas organizações intergovernamentais, a celebração de tais tratados depende do voto unânime dos Estados Partes.
- e) A diferença essencial entre uma organização supranacional e uma intergovernamental reside em que a primeira possui personalidade jurídica internacional, enquanto a segunda não.

97. Assinale a alternativa **correta**.

- a) Para que as normas de um tratado internacional entrem em vigor no território brasileiro, é necessária a internalização do instrumento internacional mediante a expedição de decreto de promulgação do Presidente e a sua publicação no Diário Oficial da União.
- b) Para que as normas de um tratado internacional entrem em vigor no território brasileiro, basta sua aprovação pelo Congresso Nacional e a publicação de decreto legislativo de aprovação no Diário Oficial da União.
- c) Para que as normas de um tratado internacional entrem em vigor no território brasileiro, de acordo com a Constituição Federal, é fundamental a assinatura e posterior ratificação do instrumento pelo executivo e perante o depositário do tratado. Só assim o Estado brasileiro se obriga internacionalmente.
- d) Para que as normas de um tratado internacional entrem em vigor no território brasileiro, é necessária a internalização do instrumento internacional mediante a expedição de decreto de aprovação legislativa do Presidente (seguindo determinação do Congresso) e a sua publicação no Diário Oficial da União.
- e) Para que as normas de um tratado internacional entrem em vigor no território brasileiro, basta que a assinatura do mesmo seja ratificada pelo Congresso Nacional mediante decreto legislativo e este seja publicado no Diário Oficial da União.

98. Assinale a alternativa **incorreta**.

- a) A Emenda Constitucional nº. 45 de 2004 atribuiu hierarquia constitucional aos tratados e convenções sobre direitos humanos que forem aprovados pelo mesmo procedimento de emendas constitucionais (aprovados pelas Casas do Congresso, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros).
- b) A Emenda Constitucional nº. 45 de 2004 estipulou o reconhecimento da jurisdição do Tribunal Penal Internacional pelo Estado Brasileiro que já tinha aderido à Convenção de Roma de 1998.
- c) A Emenda Constitucional nº. 45 de 2004 outorgou a competência para a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de *exequatur* às cartas rogatórias ao Superior Tribunal de Justiça.
- d) A Emenda Constitucional nº. 45 de 2004 atribuiu hierarquia constitucional aos tratados e convenções sobre direitos humanos, incluindo a Convenção Interamericana sobre Direitos Humanos, que forem aprovados pelo mesmo procedimento de emendas constitucionais (aprovados pelas Casas do Congresso, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros).
- e) A Emenda Constitucional nº. 45 de 2004 não alterou a competência da Justiça do Trabalho para conhecer das ações oriundas da relação de trabalho aperfeiçoadas com entes de Direito Público Externo.

99. O Protocolo de Olivos de 2002 modificou o sistema de solução de conflitos do MERCOSUL. **Não** figura entre as suas principais novidades

- a) a determinação de uma cláusula de eleição de foro para as disputas entre Estados.
- b) a criação de um Tribunal Permanente de Revisão.
- c) o estabelecimento de um Tribunal Administrativo-Trabalhista permanente.
- d) a possibilidade de emissão de opiniões consultivas pelo Tribunal Permanente de Revisão.
- e) a intervenção optativa dos órgãos de decisão do MERCOSUL, não mais obrigatória como no Protocolo de Brasília.

-
100. Segundo as disposições de direito internacional privado vigentes no Brasil, em regra geral, os direitos e obrigações de um contrato de trabalho que enseja, por sua natureza, um conflito de leis no espaço, devem ser regidos
- a) pela lei do país em que for domiciliada a pessoa, conforme o estabelecido no art. 7º da Lei de introdução ao C.C. Caso a pessoa não tenha domicílio, considerar-se-á domiciliada no lugar de sua residência ou naquele em que se encontre.
 - b) pela lei do país em que se celebrou o contrato *lex loci actum*, princípio reconhecido pelo art. 9º da Lei de introdução ao C.C., consagrado como princípio geral pela jurisprudência brasileira desde 1980. As normas de proteção ao trabalhador não são cogentes; cada Estado garante um mínimo pelo qual o princípio geral deve ser aplicado aos contratos de trabalho.
 - c) pela lei do lugar de execução do contrato, já que, segundo a jurisprudência brasileira, o princípio do art. 9º não é absoluto, cedendo lugar à *lex loci executionis* face ao contido no art. 17 da Lei de introdução do C.C. e no art. 198 do Código de Bustamante. As normas de proteção ao trabalhador são cogentes, de ordem pública.
 - d) pela lei do foro "*lex fori*", cabendo ao juiz brasileiro determinar a solução mais conveniente ao caso *sub judice*. Este princípio está consagrado pelo art. 12 da Lei de introdução ao C.C.
 - e) pela lei do foro *lex fori* como reconhecido pelo art. 9º da Lei de Introdução ao C.C. devido à natureza de normas imperativas que têm as disposições trabalhistas.